



B126

A representatividade das exportações para o desenvolvimento local do extremo-oeste catarinense: um estudo na região fronteira de Santa Catarina

Marcos Ferasso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Leandro Mauricio Medeiros Vieira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Jorge Alberto Velloso Saldanha, Instituto do Saber de Ensino Superior-ISES

Roselei Luiz Angst, Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC

Resumo: Este estudo de caso teve como objetivo investigar como se caracterizam as exportações do extremo-oeste catarinense e qual é sua representatividade para o desenvolvimento local desta região. Apoiado na análise de conteúdo da documentação temática, o estudo revelou que os exportadores locais não figuram entre os principais exportadores catarinenses, devido ao contexto nacional e internacional destes e pelo fator cultural das PMEs de comercializarem localmente. As principais exportações locais concentram-se no setor moveleiro (46,85% do total) e os principais destinos são Reino Unido, Estados Unidos da América e África do Sul. A França aparece em décimo nono lugar, acompanhando as tendências catarinenses. Exceto os oligopsônios do setor de carnes, as PMEs favorecem o desenvolvimento local por se originarem e localizarem nos municípios da região. Embora região de fronteira, esta é pouco representativa em relação ao total das exportações do estado. Acredita-se que a questão logística seja uma variável que possa estar impedindo o desenvolvimento e exploração desta possibilidade, bem como a distância dos principais portos marítimos. Estudos são necessários para aprovar ou rejeitar estas hipóteses.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Comércio exterior. Extremo-oeste catarinense.

Área temática: Desenvolvimento local e políticas de exportação.

La représentativité des exportations pour le développement local de l'extrême ouest de l'État de Santa Catarina (Brésil) : une étude dans la région frontalière de l'État de Santa Catarina

Résumé : Cette étude a eu pour objectif d'analyser la manière dont se caractérisent les exportations de l'extrême ouest de l'État de Santa Catarina, et leur représentativité pour le développement local de cette région. Basée sur l'analyse de contenu de la documentation en la matière, l'étude a montré que les exportateurs locaux ne figuraient pas parmi les principaux exportateurs de l'État. Cela est dû au contexte national et international et au fait que les PME commercialisent leurs produits localement. Les principales exportations locales se concentrent dans le secteur du meuble (46,85 % du total), surtout à destination du Royaume-Uni, des États-Unis et de l'Afrique du Sud. La France n'apparaît qu'en onzième position, à l'image des tendances de l'État de Santa Catarina. À part les oligopsones du secteur de la viande, les PME favorisent le développement local dans la mesure où elles sont originaires de là et implantées dans les villes de la région. Bien qu'il s'agisse d'une région frontalière, elle n'est pas représentative au niveau du total des exportations de l'État. Il semble que la question logistique soit une variable qui empêche le développement et l'exploitation de cette possibilité, en plus de la distance des principaux ports maritimes. Des études sont nécessaires pour confirmer ou rejeter ces hypothèses.

Champ thématique : Développement local et politiques d'exportation.

Mots-clés : développement local, commerce extérieur, extrême ouest de l'État de Santa Catarina.

1. Introdução

A região do extremo-oeste do Estado de Santa Catarina, Brasil, tem sofrido com o êxodo populacional, empiricamente, devido as pessoas da região atribuíam à falta de empregos na região como o principal motivo. Tais considerações levam a um desequilíbrio em diversos setores da economia regional.

Popularmente, a região é conhecida por ter seu desenvolvimento econômico diretamente

relacionado ao setor primário, porém, percebe-se que grande parte do contingente de empregados está sob responsabilidade dos setores de serviços, indústria e comércio, respectivamente. Confirmou-se a heterogeneidade da região do grande oeste do estado de Santa Catarina em pesquisas que revelaram que este é o estado com a economia mais heterogênea no Brasil, assim, a região do grande oeste é a que mais reforça tal hipótese. Há uma crise que gera desequilíbrios nos investimentos de recursos, mais acentuado pelos resultados econômicos da região leste (litoral), menos acentuado pelos custos sociais da região oeste (FERASSO, 2006).

Segundo Sperotto (2003), a teoria da base exportadora de Douglas North tem sido fundamental para explicar o dinamismo das regiões nas suas primeiras fases de desenvolvimento. Assim parte-se da premissa de que o desenvolvimento de uma região passa também pela exportação dos produtos locais, seja esta para outras regiões ou outros países, pois aumentam o faturamento das empresas exportadoras.

De outro lado, a perspectiva da Organização Internacional do Trabalho, em relação ao seu conceito de desenvolvimento local, assim como da CEPAL (2006), ocorre propriamente um desenvolvimento quando diminuem-se as desigualdades, principalmente pela distribuição equitativa da renda. Neste caso, empresas exportadoras podem concentrar ainda mais o capital de uma região, promovendo um distanciamento ainda maior entre os limites de desigualdades em uma região.

Partindo-se deste enunciado e considerando a cultura exportadora de Santa Catarina, busca-se resposta à seguinte indagação: Como se caracterizam as exportações do extremo-oeste catarinense e qual é sua representatividade para o desenvolvimento local desta região?

Deste problema, surge o tema: “A representatividade das exportações para o desenvolvimento local do extremo-oeste catarinense: um estudo na região fronteira de Santa Catarina”.

Como objetivo geral, busca-se investigar como se caracterizam as exportações do extremo-oeste catarinense e qual é sua representatividade para o desenvolvimento local desta região. Para alcançar tal objetivo, será preciso:

- a) Caracterizar as exportações catarinenses, identificando a participação das empresas locais neste total;
- b) Identificar as atividades econômicas locais em exportação;
- c) Investigar principais países de destino das exportações, em especial a França;
- d) Levantar a contribuição das exportações para o desenvolvimento local da região; e
- e) Identificar possíveis influências do fator região de fronteira nas exportações.

2. Referencial teórico

2.1. Desenvolvimento local: *urbi et orbis*¹

No discurso sobre desenvolvimento local, como estratégia para superação de limitações, estão entrelaçadas circunstâncias locais e globais (GOULART et al., 2005).

No entender de Oliveira (2001, p. 13), desenvolvimento local é abordado como polisistêmico, pois “[...] comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso.”

Oliveira (2001) complementa que a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade e efetiva participação da cidadania no que se chama ‘governo local’, que aparece como um resgate da *ágora*² grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna.

De acordo com Putnam (2002), o civismo serve para prognosticar a economia, pois o desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependeram menos do potencial sócio-econômico inicial do que seu potencial cívico.

O desenvolvimento local, sob enfoque econômico, engloba o desenvolvimento, os

¹ Do latim, para a cidade e para o globo (MAISSIAT, 2002).

² (MANIATAGLOU, 2004), do grego, principal praça pública das cidades da Grécia antiga, assembléia pública entre os gregos.

mecanismos que favorecem os processos deste desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos (ZAPATA et al., 2000).

No entender de Barquero (1999), o desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades dispõem de recursos e economias de escala não exploradas, tornando-se o potencial de desenvolvimento deste território.

Outro conceito de desenvolvimento regional é a caracterização da capacidade social de uma região em potencializar recursos e responder aos desafios impostos pela dinâmica da economia mundial (VERSCHOORE FILHO, 2000).

O desenvolvimento local, para Cabreira (2002) é entendido como a melhoria da vida das pessoas, de todas as pessoas, das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã.

Em uma perspectiva econômica e histórica, as cidades se tornaram centros de evolução social e cultural. As cidades conectaram funcionalmente com o emergente e a promoção de descobertas econômicas tais como a produção industrial, o crescimento do setor de serviço e a economia eletrônica (BITHAS e CHRISTOFAKIS, 2006).

O desenvolvimento endógeno pode ser compreendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, a capacidade de absorção da região. Deste processo, resulta a ampliação de empregos, produto e renda do local, em um modelo de desenvolvimento regional definido (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

Uma sociedade se desenvolve quando passa a viver melhor e quando aperfeiçoa a vida de seus membros. O desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo se constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois considera-se a melhoria da vida das pessoas, da sociedade e com a preocupação do presente e com o futuro (MARTINELLI e JOYAL, 2004; TURNES, 2004; BERTRAND, 2004).

O desenvolvimento de uma região é resultante da convergência de elementos diversos que impulsionam a atividade econômica como motor deste desenvolvimento. Neste sentido, o empreendedorismo tem papel fundamental no dinamismo econômico local pois os empreendedores são responsáveis pela eliminação de barreiras comerciais e culturais, pela diminuição de distâncias e pela globalização e renovação dos conceitos econômicos locais pela criação de novas relações de trabalhos e novos empregos, gerando riqueza para a sociedade (DORNELAS, 2001).

Já para Maciel (1996), as pequenas empresas italianas contrastam das demais devido à eficiência, competência, produtividade e competitividade, sobretudo no exterior. Elas têm resistido mais às crises porque a motivação primeira de sua existência é a família. O sucesso sócio-econômico italiano encontra suas bases nas tradições técnicas e comerciais milenares, bem como na diferenciação regional, movimentos pós-guerra, política de apoio à pequena empresa e cooperativas, arranjo institucional que beneficia empresas com menos de dezesseis trabalhadores e na coesão da família.

Para Sachs (2002[a]), o desenvolvimento sustentável se embasa na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. O conceito de desenvolvimento sustentável associa três objetivos: eficácia econômica, equidade social e proteção ambiental. A execução de uma política durável do desenvolvimento visa a integração das esferas social, econômica e ambiental (BRUNET, 2005).

Há a necessidade de uma reflexão sobre as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável para garantir o desenvolvimento local (BENITEZ, 2000). O modelo americano de desenvolvimento baseado nas grandes indústrias da revolução industrial contribuiu ao surgimento da era moderna, porém, trazendo desafios de ordem econômica, pois este crescimento não considerava o bem-estar social (WREN, 1994; BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2004; DOWBOR, 2003).

As sociedades e territórios em fase de desenvolvimento possuem insuficiências na articulação produtiva, devendo ser encaradas de forma dos entornos territoriais inovadores, requerendo mudanças sociais, culturais e institucionais para facilitar a criação de uma atmosfera local de empreendedorismo e criatividade. As localidades dispõem de recursos, bem como de economias de escala não exploradas, que constituem o seu potencial de desenvolvimento (ZAPATA et al., 2005).

Neste sentido, para a autora, o desenvolvimento local endógeno é caracterizado por um ambiente dotado de conexões espaciais que oferece uma grande variedade de atores, condições de informação e facilidades para garantir laços entre estas diferentes redes.

Por volta dos anos 80, na Europa e Canadá, algumas experiências e iniciativas locais de desenvolvimento buscavam a promoção do emprego, por meio do apoio às pequenas empresas locais (ZAPATA et al., 2005).

Zapata et al. (2005), cita que o desenvolvimento sustentável considera a dimensão econômica, social, política, ambiental e cultural, por meio de uma construção e mobilização dos diversos atores locais em torno de um processo coletivo de desenvolvimento.

Para Sen (2000), o desenvolvimento necessita remover as principais fontes de privação da liberdade, que são a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social, negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos.

Conforme Zapata et al. (2005), as regiões pobres sofrem com o acesso precário à educação formal, o ambiente educacional dissocia o trabalho do conhecimento, inibindo processos produtivos inovadores e empreendedores.

Com a abertura dos mercados internacionais, as empresas necessitam acompanhar as inovações tecnológicas, gerando maior demanda de conhecimento das instituições de pesquisa e desenvolvimento local, que possuem os profissionais e condições para disseminar este conhecimento (BORTOLUZZI et al., 2003). O Brasil substituiu as importações por adquirir competências, mas a estrutura econômica do país ainda é heterogênea (SACHS, 2002[b]).

A globalização reforça a necessidade e importância do desenvolvimento local, uma vez que cria a necessidade de formação de identidades e diferenciação entre regiões, para que possam enfrentar um mundo em competição. É um ponto de vista econômico, buscar estratégias que tornem comunidades, regiões e países competitivos em um contexto globalizado (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

2.2. O desenvolvimento local e a exportação

Conforme North (1977), a partir da região, a demanda por um artigo de exportação era um fator exógeno (fora da região). As regiões buscavam reduzir custos para promover seu bem-estar econômico, melhorando a posição competitiva destes produtos. O propósito desse esforço é melhor capacitar a região para competir com outras regiões ou países estrangeiros.

Ainda de acordo com o autor, a base de exportação desempenha um importante papel na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região.

“Uma região pode se expandir como resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado, ou a uma mudança dos gostos.” Assim, melhorias como em custos de processamento dos produtos de exportação da região em relação às competidoras, promoverá o desenvolvimento (NORTH, 1977, p. 309).

À medida em que a base exportadora se fortalece, há reinvestimentos para expansão, a população, renda e poupanças locais crescem. O capital reinvestido pode fluir para outras atividades (NORTH, 1977).

Comparando as empresas brasileiras e quebequenses, Martinelli e Joyal (2004; JOYAL, 2006) destacam que as pequenas e micro empresas brasileiras exportam pouco. A participação no comércio internacional de produtos manufaturados é de 2%, enquanto essa proporção ultrapassa 50% nos Estados Unidos e 64% na Itália, em empresas com mais de quatorze funcionários. A diferença na população brasileira e canadense, o tamanho dos mercados externos mais próximos e o poder aquisitivo das duas regiões são fatores que explicam em parte a diferença no nível da importância do mercado externo das empresas, além do peso burocrático de impostos.

As pequenas e micro empresas poderiam tornar-se jogadoras mais ativas no contexto da globalização se inseridas em um contexto de formação de redes voltadas à difusão do conhecimento e com políticas de apoio à tecnologia e exportação. Os arranjos produtivos locais (APLs) elevariam a capacidade destas empresas em superar obstáculos de crescimento e



competição em mercados internacionais (SCATOLIN et al., 2003; NIQUE et al., 2005; MACADAR, 2006; FERGUENE, 2002).

A pressão sobre as pequenas e micro empresas do poder de mercado de grandes conglomerados dificulta sua sobrevivência e torna escassas as possibilidades de inserção bem sucedida no mercado internacional (SOUZA et al., 2003).

Na visão de Tiebout (1977), as atividades econômicas regionais se caracterizam pela produção para o mercado local e para o mercado global. As exportações não podem ser admitidas como única variável mais importante na determinação da renda regional. Desta maneira, a importância quantitativa das exportações como fator na determinação da renda nacional depende, em parte, do tamanho da região sob estudo.

Tiebout (1977) destaca que para uma região, considerada em dois períodos diferentes, uma mudança no total das exportações é um indicador da mudança no nível de renda, mas uma região pode crescer com as exportações em nível constante se as atividades autônomas internas acompanham o movimento ascendente. Portanto, quanto maior a região, mais forças dinâmicas que modificam renda serão encontradas dentro suas fronteiras.

Porém, Tiebout (1977) afirma que sem a capacidade de desenvolver atividades locais, o custo do desenvolvimento das atividades exportadoras será proibitivo. Os baixos custos (como transporte e proximidades dos mercados), asseguram que as atividades locais se ao menos não forem desenvolvidos, podem ser importados por áreas vizinhas.

Conforme Sen (2000), os mercados possuem um papel importante no processo de desenvolvimento. A liberdade para entrar em mercados pode ser uma contribuição para o desenvolvimento.

Para Smith (1983, apud PAIVA, 2004), o interior de um país pode não ter nenhum outro mercado para a maior parte das mercadorias produzidas, a não ser a região circunjacente. A partir deste enunciado, Paiva (2004) relata que a transformação da tensa relação tamanho do mercado *versus* divisão do trabalho, em retardatária para promotora de desenvolvimento, só é possível através da solução exportadora.

O comércio mundial triplicou no período de 1985 a 2002, passando para mais de 7,8 bilhões de dólares. O crescimento do comércio internacional se deve em grande parte pela liberalização do comércio mundial (GUNTER e DER HOEVEN, 2004).

Nos países latino-americanos, a política de inovação empresarial limita-se às pequenas e micro empresas que conseguem exportar ou que se integram em elos dinâmicos internacionais. Daí os limitados resultados de difusão para o resto do tecido das pequenas e micro empresas, onde corre-se o risco de se orientar para segmentos de empresas que têm mais oportunidades de acessar os serviços para empresas e desamparando outras (LLORENS, 2001; LE BARS, 2001).

Uma alternativa para fortalecer micro e pequenas empresas é o consórcio de exportação, para promoção e facilitação de alianças, aproximando conjuntos de empresas, desenvolvendo uma rede de relacionamento entre empresas do território e as instituições locais (CASAROTTO FILHO e PIRES, 1998).

Há ainda os sistemas locais de produção (SPLs), onde as empresas se agrupam em rede em uma região, estruturadas em torno de uma mesma atividade ou de algumas especialidades, cooperando entre si em vários níveis para alcançar a competitividade internacional (MARTINELLI e JOYAL, 2004; VARGAS et al., 2005; DOWBOR, 2006).

Na França, o contexto pós-guerra evoluiu favoravelmente às pequenas e médias empresas, o Estado apoiava grandes empresas (assim como o Brasil), durante o período de substituição de importações. Em 1998, surge o programa Datar, de apoio às aglomerações de empresas. Além dos APLs, surgem os tecnopólos (distritos industriais de alta tecnologia), a exemplo de Toulouse (aeroespacial) e Grenoble (eletrônica). As novas estratégias governamentais continuam apoiando SPLs de atividades de um mesmo setor, produto, mercado ou relações inter-empresas (ABRANTES e BENKO, 2003).

Acerca das políticas de relações exteriores, o Brasil, sob os efeitos da crise do petróleo (anos 80 e 90), abandona seus interesses pelos países africanos e revê sua agenda externa buscando parcerias na América do Sul que, de fato, apresentam alguns elementos facilitadores para suas relações políticos-comerciais (distâncias, complementaridade de produção e identidade

cultural). Assim, a política externa brasileira se orienta justamente no sentido de mudar a correlação de forças internacionais. Uma aproximação do Brasil com a África, América do Sul, Índia, China e outros países, reforça essa idéia. (RIBEIRO e COSENTINO, 2006).

O modelo de desenvolvimento ideal é aquele que se fundamenta na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições seletivas de importações, proporcionando transferência de tecnologia e diversificando interdependências entre as atividades econômicas (SOUZA, 1999).

2.3. Vantagens competitivas do território

Porter (1989) afirma haver uma intensa procura pela busca da competitividade por meio da exploração de benefícios advindos de um território, onde empresas ou indústrias, citadas em seus exemplos, buscam avaliar para se localizar. A capacidade destas empresas alcançarem vantagens competitivas em cenários internacionais tem grande significado, por que são compelidas a competir para obter e manter estas vantagens.

Quando uma empresa vende produtos em diversos países, passa a adotar estratégias globais pois passa a explorar mercados significativos para seus produtos. Assim a escolha do local para atividade passa a ser importante, devido às vantagens que a localização proporciona às atividades individuais. Um destes benefícios é a capacidade de espalhar diferentes atividades entre países, de modo a refletir diferentes localizações preferidas (PORTER, 1989).

A industrialização difusa, clusters, pequenas empresas, ocupam no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina um lugar de destaque. No momento em que se buscam modelos de desenvolvimento territorial que valorizem recursos de cada região, as pequenas e médias empresas possuem maior capacidade de entrar e sair rapidamente de um mercado (SACHS, 2001; LASTRES e CASSIOLATO, 2000).

À medida que os negócios foram adquirindo características complexas e a cadeia de valor (para frente e para trás) foi se expandindo, as competências centrais dessas pequenas empresas se mostraram insuficientes para se manterem competitivas (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

O Brasil estava, em 2005, entre as nações onde mais se criavam negócios. O país registrou uma taxa de empreendedores iniciais de 11,3%, situando-se na sétima colocação entre os participantes do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2005).

Assim, percebe-se a relação entre a atração de investimentos e capital exercido por uma determinada região, no tocante às políticas territoriais de desenvolvimento. Cabe lembrar que a instalação de indústrias, utilizando os preceitos de Porter, são necessárias para ocorrer desenvolvimento local, porém, deve-se observar o fator concentração de capital em poder de uma ou poucas grandes indústrias: o que antes era tido como sinônimo de crescimento, passa a ser gerador de desigualdades sócio-econômicas no território.

E, complementa Porter (1989), a prosperidade econômica depende da produtividade e aplicação dos recursos nacionais. Os níveis e crescimento da produtividade derivam da variedade de indústrias, segmentos de indústria e da natureza das vantagens competitivas obtidas.

Pequenas e micro empresas que cooperam, inovam e aprendem pela interação entre si e com outros, ampliam a competitividade de forma dinâmica e sustentada. Alavancam o desenvolvimento, políticas para promoção de pequenas e micro empresas, produzindo melhores resultados a partir do enfoque nos atores que interagem no ambiente e entre si (ABRANTES e BENKO, 2003).

2.4. Teoria da base exportadora

Segundo Sperotto (2003), a teoria da base exportadora tem sido fundamental para explicar o dinamismo das regiões nas suas primeiras fases de desenvolvimento, porém, em fases mais adiantadas de desenvolvimento regional a teoria da base econômica torna-se mais adequada por incluir, além das exportações, todo um afluxo externo de renda.

Conforme Souza (2002), muitas regiões crescem em torno de uma base econômica de exportação, como fumo, soja, café dentre outros, mas percebe-se que muitas dessas regiões entram em declínio se elas não forem capazes de diversificar a sua estrutura produtiva a partir dessa base econômica.



4º

Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas - IFBAE
Congrès de l'Institut Franco - Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE
24 e 25 de maio de 2007
PORTO ALEGRE – RS BRASIL

Pode-se afirmar que em Santa Catarina há um desequilíbrio de investimentos advindos de políticas de desenvolvimento para contrabalançar os investimentos em faixas litorâneas, com vistas a não só favorecer essa área como gerar um desenvolvimento regional mais equilibrado no Estado (FERASSO et al., 2004).

O grande problema é que analisando a teoria de Perroux (apud SOUZA, 1980), constata-se que só se pode desconcentrar o crescimento industrial concentrando o investimento em alguns pontos do espaço, o que implicaria em uma política de polarização regional. Neste sentido, o que ocorre é que a concentração espacial continuaria por alguns anos, até que esses centros adquirissem escala capaz de induzir a formação de novas descentralizações. Porém estas “readequações” fazem parte do capitalismo.

A relação estabelecida entre geração de empregos e exportação pode ser encontrada em Souza (1999), onde os produtos a serem exportados, para os quais possuem vantagens comparativas, são de tecnologias mais simples e que incorporam maiores proporções de trabalho (fator mais abundante).

A concentração de indústrias em regiões mais industrializadas faz aumentar as desigualdades regionais, enquanto que a produção para exportação, incorporando tecnologias de trabalho mais intensivo, corresponde a atividades que se concentram de preferência em regiões periféricas. Estas indústrias crescem rapidamente, aumentando a capacidade de importação do país e criando empregos nas regiões mais pobres, reduzindo as desigualdades pessoais e regionais da renda (SOUZA, 1999; PNUD, 2006).

3. Método

3.1. Delimitação, delineamento, técnicas de coleta, análise e interpretação

O presente estudo se caracteriza pela produção de conhecimento do geral para o particular e do particular para o geral, tratando-se do emprego do método dedutivo e indutivo, essencialmente qualitativo, por meio do estudo de caso da região do extremo-oeste catarinense (Brasil), com nível de análise do tipo exploratória, apoiadas por investigação de dados secundários (análise documental), realizado durante a primavera de 2006.

Para Yin (2001), o estudo de caso traz como contribuição a compreensão de fenômenos individuais, pois permite ao pesquisador preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, como mudanças ocorridas em regiões urbanas.

O caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação e apto para fazer generalizações similares, ou autorizar inferências em relação ao contexto da situação analisada (CHIZZOTTI, 1998).

Para explorar o tema, utilizou-se de pesquisas bibliográfica e documentação temática. Na primeira fase, pesquisou-se a literatura pertinente para fundamentação teórica (GODOY, 1995[a], GODOY, 1995[b], GODOY, 1995[c]).

Na segunda-fase, para realizar o estudo de caso (YIN, 2001), utilizou-se da análise documental, ou seja, relatórios da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX e CIN/FIESC, apoiados por documentos complementares (SECEX, 2006; FIESC, 2006; CIN, 2006). Para Severino (2002), a documentação temática coleta elementos relevantes para a realização de um trabalho em particular, em uma determinada área, técnica esta utilizada em função da estrutura do conteúdo da área estudada ou do trabalho em realização.

Conforme Yin (2001), as informações documentais são relevantes a todos os tópicos do estudo de caso. Este tipo de informação pode ser encontrada em correspondências, relatórios, documentos administrativos, estudos ou avaliações feitas do mesmo local de estudo, artigos e jornais.

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (MINAYO et al., 1994; BARDIN, 1977). As funções da análise de conteúdo são encontrar respostas para as questões formuladas e descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos (MINAYO et al., 1994; PATTON, 2001).

Como limitações, o estudo possui aplicações à região foco do estudo, investigada de outubro a novembro de 2006, onde os resultados identificados não necessariamente se aplicam a outros



casos, em outros momentos.

4. Caracterização da região foco do estudo

4.1. Santa Catarina: caracterização da formação econômica

A gênese da economia catarinense, compreendida entre os anos de 1850 a 1950, teve grande contribuição dos imigrantes que iniciaram o processo de desbravamento das terras catarinenses, o que gerou uma economia baseada na agricultura e pecuária de subsistência além da industrialização diversificada de forma pujante. Em síntese, a tecnologia provinda dos imigrantes, essencialmente alemães e italianos, foi a grande e sólida base na qual se alicerçou o modelo econômico catarinense, tal como hoje é conhecido (RENK, 1991).

Foi no período que permeia 1950-60, que ocorreu uma verdadeira diversificação e ampliação da base econômica catarinense dos novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte, surgimento resultante da metamorfose do capital mercantil para o industrial (RENK, 1991).

Em função da retração do mercado interno, durante a década de 80, a conquista do mercado externo tornou-se condição necessária para a manutenção e a reprodução da capacidade instalada das cerâmicas, obrigando este setor introduzir prematuramente os novos métodos de produção e gestão (FERASSO et al., 2004).

A questão mais preocupante é que na égide econômica atual, os oligopólios e oligopsônios³ multinacionais são favorecidos e se aproveitam do 'torpor administrativo' dos pequenos empresários locais, deixando a economia deste Estado dependente destas empresas concentradoras, mas que por sua vez sustentaram certa determinação de uma base econômica ainda que sustentável (FERASSO et al., 2004).

O estado possui uma especialização diversificada e integrara (GOULARTI FILHO, 2002). Conforme dados do SEBRAE (2004), a origem das exportações das micro e pequenas empresas, segundo unidade da Federação onde são produzidas as mercadorias exportadas, a concentração das vendas externas industriais estão em cinco estados: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que correspondem por 76% das exportações das pequenas empresas e por 80% no caso das microempresas.

Percebe-se que, mesmo as empresas brasileiras possuem pouca participação no mercado internacional, estão buscando estratégias de internacionalização e inserção em mercados internacionais (PICCININI et al., 2005).

4.1.1. Exportações no contexto histórico catarinense

Observa-se em Piazza (1994) que em meados dos anos de 1910, o valor das exportações catarinenses aumentara em seis vezes, ritmo que se manteve até os anos 30. Neste período, já era possível delinear a formação da vocação produtiva da região e, mais do que isso, a justificar a fundamentação da teoria de Base Econômica e da Base exportadora, para explicar o desenvolvimento deste Estado.

Uma análise minuciosa da dinâmica econômica de Santa Catarina demonstra que da década de 20 o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: o setor madeireiro aumentou mais de 22 vezes sua produção devido o início da colonização do Oeste e do Vale do Rio do Peixe e ao aumento das exportações para Argentina e Rio de Janeiro; a erva-mate aumentou em mais de 13 vezes devido aumento das exportações para Uruguai e Argentina; estruturação do complexo ervateiro no litoral norte (construção da ferrovia) e engenhos de beneficiamento; os têxteis (camisas de algodão, fio de algodão, meias de algodão e de seda) aumentaram oito vezes devido o aumento das exportações para São Paulo e Rio de Janeiro e surgimento de novas fábricas no Vale do Itajaí, principalmente nos anos 20; os alimentos em geral aumentaram como um todo: feijão (oito vezes), a banha (cinco vezes), a manteiga (cinco vezes), o arroz (duas vezes) e o queijo (três vezes) devido o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba; e o carvão surge na pauta de exportação durante a Primeira Guerra e mantém-se num ritmo de crescimento

³ Grandes e poucos compradores de vários fornecedores.

até 1930 devido o aumento na demanda de carvão favorecido pela formação das grandes companhias carboníferas, pela expansão ferroviária e pelos melhoramentos nos dois portos do sul (Laguna e Imbituba).

4.2. Extremo-oeste catarinense: caracterização da formação econômica

A Região, quanto ao aspecto pecuário e agrícola, caracteriza-se pela predominância de pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada, fruto da vinda de imigrantes italianos e ítalo-brasileiros, em sua maioria (VELOZO et al, 2005).

O desenvolvimento econômico da região está diretamente relacionado ao setor primário, particularmente o agropecuário, tendo a sua economia sustentada basicamente pela atividade agrícola e pela transformação dos seus produtos, conferindo-lhe um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário (VELOZO et al, 2005).

As atividades agropecuárias com expressão econômica relevante se concentram na especialização dos sistemas milho/suínos ou milho/aves, e em alguns produtos como: feijão, fumo, soja, trigo, mandioca, cana-de-açúcar. Nos últimos anos houve um significativo crescimento na produção de leite, devido à principal bacia leiteira do estado ter-se desenvolvido nesta região (VELOZO et al, 2005).

Os pequenos produtores concorrem em grande parte para a geração desses produtos, pois, em 1995, 75,19% dos estabelecimentos rurais da região estavam situados na faixa entre menos de 10 e menos 20 hectares. Isto demonstra a importância do Setor Agropecuário para ocupação da mão-de-obra regional (VELOZO et al, 2005).

A produção agrícola da região é desenvolvida na forma de sistemas diversificados, onde cada exploração desempenha um papel específico interagindo com as demais. A produção de milho continua sendo a principal cultura, com uma safra anual de 178.574 toneladas, seguido pela cana-de-açúcar com 50.400, a mandioca com 30.385 toneladas e o fumo com 10.911 toneladas (VELOZO et al, 2005).

Na região, a produção de madeira em tora proveniente do extrativismo vegetal sofreu um acentuado recuo. No segmento silvicultura tem maior participação a produção de lenha, seguida de madeira em tora para finalidades diversas (movelaria, construção civil). A Região apresenta, ainda, um grande potencial em relação à produção de leite e um crescimento considerável da indústria de laticínios, sendo uma das principais regiões produtoras de leite no estado. A produção leiteira tem grande importância para a economia regional (VELOZO et al, 2005).

Os trabalhadores no campo também desenvolvem, na região, importante atividade relacionada à criação de frangos de corte, gado leiteiro e bovino de corte, seguido pela suinocultura e piscicultura (BORCHARDT, 2003).

A grande atividade de criação que os trabalhadores rurais da região se dedicam é a de aves que junto com o milho compõe um dos principais sistemas de produção desenvolvidos na região (VELOZO et al, 2005).

4.2.1. Exportações no contexto histórico do extremo-oeste catarinense

Historicamente, a exploração do oeste catarinense deu-se a partir da delimitação fronteiriça entre Brasil e Argentina efetuada pelo presidente Cleveland (Estados Unidos), em 1885. As fazendas de criação e exploração da erva-mate da época formaram a base econômica das pessoas que ali se instalavam. A colonização do oeste expandiu-se após a Guerra do Contestado, onde a expansão agrícola do noroeste gaúcho foi responsável pela intensificação e avanço no interior catarinense (SANTOS, 1998; FLIGENSPAN, 2000).

Os empresários que começaram a se instalar na região, em maioria imigrantes italianos e ítalo-brasileiros, obtiveram concessões de terras para promover a colonização. A companhia construtora da estrada de ferro ao longo do Rio do Peixe, comercializava as terras que havia recebido como pagamento pela construção. Aumentou o fluxo de pessoas e observou-se a formação de colônias. Estas comunidades desempenharam um papel de pólos de desenvolvimento regional, a partir das sedes municipais criadas a partir de 1917 (SANTOS, 1998; RADIN et al., 2003).

A colonização levou consigo o sistema de competição e busca pelo lucro. Não mais

importava que os sertanejos fossem os responsáveis pelo desbravamento oeste, mas importava a exploração dos recursos florestais e cultivar o solo agressivamente. As cheias do Rio Uruguai eram as vias pluviais das primeiras exportações extremo-ocidentais, onde as madeiras desciam rio abaixo até a Argentina, em forma de balsas (SANTOS, 1998; RADIN et al., 2003).

Ainda conforme Santos (1998), a primeira guerra mundial (1914-1918) criou oportunidades para a comercialização de madeira, especificamente pinheiro-do-paraná. Os preços internacionais subiam vertiginosamente. Como consequência, serrarias se espalharam por toda parte. As terras adquiridas ao governo primeiro eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos para produzirem suas culturas.

A agricultura do milho e criação de suínos abriu perspectivas para o oeste se firmar como área fornecedora de alimentos. A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, atravessando o solo catarinense entre Porto União e Marcelino Ramos facilitava o alcance de mercados fora do estado (SANTOS, 1998).

Diversos frigoríficos, atualmente com prestígio nacional e internacional, tiveram como origem a região oeste. As exportações de carnes, iniciadas a partir de 1975, passaram a ser responsáveis por mais de 13% das exportações catarinenses no final dos anos 80 (SANTOS, 1998).

5. Apresentação e discussão dos resultados

5.1. Caracterização das exportações catarinenses e participação das empresas locais

Em relação aos principais destinos das exportações catarinenses, considerando as informações disponibilizadas pela SECEX (2006), no período de janeiro a outubro de 2006, em primeiro lugar aparece os Estados Unidos da América (com 23,89% das exportações), em seguida Argentina (6,38%), Alemanha (4,66%), Rússia (4,44%) e Reino Unido (4,29%), para citar os cinco principais. A França aparece na décima segunda posição, com apenas 2,11%.

Porém, no período de 2005, as exportações catarinenses tiveram uma configuração diferente: os principais destinos das exportações eram Estados Unidos (com 29% das exportações), Argentina (16%), Alemanha (11%), França (7%) e Chile (6%), conforme dados do CIN (2006).

Percebe-se que, em 2006, as exportações catarinenses estão concentradas em um país (Estados Unidos), muito embora haja certa heterogeneidade em relação aos destinos, porém, com percentuais pouco expressivos. Se comparados os anos de 2005 e 2006, percebe-se uma queda bastante expressiva das exportações à França.

Considerando dados da FIESC (2006) e o período de 2005, as principais exportações catarinenses estão representadas pelos seguintes produtos: carnes e subprodutos (com 26,93% das exportações); máquinas, equipamentos mecânicos e subprodutos (14,21%); madeira e subprodutos (10,14%); móveis e subprodutos (8,05%); materiais elétricos, máquinas, aparelhos e subprodutos (6,79%); e cerâmicos (4,04%).

Dentre as cinco principais empresas exportadoras, a maior exportadora é a Perdigão Agroindustrial S/A (com 7,71% do valor total exportado – US\$ FOB), seguida pela Seara Alimentos S/A (7,3%), Sadia S/A (6,67%), Embraco compressores S/A (6,09%) e WEG S/A (5,48%). Pelos dados disponibilizados, os grandes oligopsonistas dominam o cenário exportador. Verificados os vinte e um principais municípios exportadores, não foi constatado nenhum município pertencente ao extremo-oeste catarinense.

5.2. Atividades econômicas locais em exportação

Atualmente, dos dezoito municípios da região, oito exportam: Mondaí, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Palma Sola, Guarujá do Sul, São José do Cedro e Anchieta. As informações foram disponibilizadas pelo portal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX (2006).

Considerando o período das exportações de janeiro a agosto de 2006, os principais produtos exportados estão assim representados: móveis de madeira e subprodutos (com 46,85% do total exportado), madeiras e subprodutos (12,52%), bananas (11,85%), miudezas de galinhas e subprodutos (10,91%), grãos/soja e milho (8,35%), carnes de suínos (5,54%), tecidos sintéticos e

subprodutos (3,32%), abacaxis (0,51%) e gengibre (0,16%).

De acordo com Dornelas, o empreendedorismo tem papel fundamental no dinamismo econômico local e este dinamismo pode ser observado nas indústrias moveleiras.

Percebe-se que a região do extremo-oeste catarinense confirma a participação na exportação pelo setor moveleiro, onde 46,85% do total das exportações provém deste setor, caracterizado por pequenas e médias indústrias moveleiras o que, de acordo com os preceitos desenvolvimentistas, vem a favorecer o desenvolvimento local na região em estudo.

5.3. Principais países de destino das exportações locais

De acordo com os dados disponibilizados pela SECEX (2006), o total das exportações da região em estudo é de US\$ 16.234.177,00 considerando-se preço FOB no período de janeiro a agosto de 2006.

Os principais destinos das exportações extremo-oestinas são, respectivamente: Reino Unido (US\$ 4.120.578,00), Estados Unidos da América (US\$ 1.941.344,00), África do Sul (US\$ 1.395.292,00), Canadá (US\$ 1.347.509,00) e Alemanha (US\$ 1.122.763,00).

A França, aparece em décimo nono lugar nos principais destinos das exportações, com um total de US\$ 146.765,00, no mesmo período. Portanto, percebe-se que as exportações para a França acompanham a tendência de baixa das exportações catarinenses.

5.4. Contribuição das exportações para o desenvolvimento local do território

Com excessão dos oligopsônios que tendem a concentrar renda, o setor moveleiro se destaca em função de se tratar de empresas locais. As exportações deste setor totalizaram 46,85%, o que caracteriza a participação das pequenas e médias empresas nas exportações do extremo-oeste catarinense. Porém, esta participação se concentra no setor moveleiro.

Em relação às exportações e, considerando o contexto histórico, a região do extremo-oeste catarinense se caracteriza pela existência de atividades exportadoras nos setores alimentício (carnes essencialmente) e moveleira, esta última caracterizada historicamente por médias e grandes indústrias locais. No setor alimentício, constatam-se oligopsônios, ou seja, grandes empresas que se instalaram na região para exploração comercial de recursos locais, gerando concentração de renda.

Assim, conforme Martinelli e Joyal (2004), o desenvolvimento endógeno compreende um processo de ampliação contínua de agregação de valor na produção, o que é verificado no setor moveleiro.

5.5. Possíveis influências do fator região de fronteira nas exportações

Há influências positivas da região de fronteira em virtude do porto seco de Dionísio Cerqueira, no entanto, as exportações dos municípios pesquisados para a Argentina, país vizinho, se caracteriza como parcialmente expressiva, pois a Argentina é o oitavo principal destino das exportações, num total de US\$ 627.448,00, no mesmo período. Porém, é o principal destino dos países signatários do Mercosul.

Um fator importante a ser destacado é o fato de o município de Dionísio Cerqueira, embora em divisa geográfica com a Argentina e possuindo um porto seco, não possui atividades exportadoras.

6. Considerações finais

O estudo revelou que as empresas locais, por se caracterizarem como pequenas e médias indústrias, não figuram entre os principais exportadores catarinenses, devido à estes serem grandes exportadores em um contexto nacional e internacional. Há também o fator cultural das empresas locais estar voltado para o comércio local.

As principais atividades locais de exportação concentram-se no setor moveleiro (46,85% do total exportado) e os principais países de destino são Reino Unido, Estados Unidos da América e África do Sul. A França aparece apenas em décimo nono lugar como destino das exportações locais, acompanhando as tendências catarinenses.

Com excessão dos oligopsônios do setor alimentício (carnes), as pequenas e médias



indústrias favorecem o desenvolvimento local, em função de terem como origem e localização os municípios da região, foco do estudo.

Novas pesquisas são sugeridas para identificar os motivos pelos quais os empresários locais não procuram informações sobre exportação e oportunidades nos mercados exteriores.

Muito embora seja uma região de fronteira, esta ainda é pouco representativa em relação ao total do estado catarinense. Acredita-se que a questão logística (rodoviária) seja uma variável que possa estar impedindo o desenvolvimento e exploração desta possibilidade, bem como a distância geográfica dos principais portos marítimos que poderiam alavancar as exportações regionais, porém, estudos são necessários para identificar a aprovação ou rejeição destas hipóteses.

Referências

- ABRANTES, Marta, BENKO, Georges. Planejamento do território e sistemas produtivos locais na França. In: LASTRES, Helena Maria Martin, CASSIOLATO, José Eduardo, MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 477-492.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desarrollo, redes, innovación**. Madrid: Pirámide, 1999.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos, ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova economia**, v. 14, n. 3, Belo Horizonte: FACE-UFMG, set.-out./2004, p. 35-70. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140302.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
- BENITEZ, Anastasia Aviles. **Gestion soutenable et proximité des ressources naturelles: le cas de l'agriculture de dehesa en Andalousie**. 2000. 362 f. Tese (Doutorado)-Formation Doctorale d'Economie Appliquée INRA-Grenoble, Université Pierre Mendès-France, Grenoble, 1994. Disponível em: <<http://www.grenoble.inra.fr/Docs/pub/Theses/AVILES.pdf%20>>. Acesso em: 14 de outubro de 2006.
- BERTRAND, François. **Planification et développement durable: ver de nouvelles pratiques d'aménagement régional? L'exemple de deux régions françaises, Nord-Pas-de-Calais et Midi-Pyrénées**. 2004. 589 f. Tese (Doutorado)-Ecole Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société, Université François Rabelais-Tours, 2004. Disponível em: <http://tel.archives-ouvertes.fr/action/open_file.php?url=http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/06/58/28/PDF/These_FB_complete.pdf&docid=65828>. Acesso em: 14 de outubro de 2006.
- BITHAS, Kostas; CHRISTOFAKIS, M. Environmentally sustainable cities: critical review and operational conditions. **Sustainable development**, v. 14, n. 3, Dorchester: Wiley Interscience, jul./2006, p. 177-189.
- BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto CEPA/SC, 2003.
- BORTOLUZZI, Eliandro Gustavo, BULLA, Adilson Luiz, ALVES, Elizandra Maria. Escritório de negócios internacionais – Unoesc Joaçaba: apoio às exportações para o desenvolvimento regional. In: Fórum de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. **Anais do evento**. Xanxerê: Unoesc, 2003. p. 157-161.
- BRUNET, Florence. **Acteurs publics, entreprises et développement durable**. 2005. 75 f. Dissertação (Master)-Master Géographie – Politiques Territoriales de Développement Durable, Université du Maine, 2005. Disponível em: <<http://www.altamire.com/ActeursPublicDD0905.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
- CABREIRA, Zaira. **Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática: a experiência do Sebrae em Lagoa dos Três Cantos**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/000845.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
- CASAROTTO FILHO, Nelson, PIRES, Luis Henrique. Competitividade global para as pequenas empresas e desenvolvimento local. In: SIEBERT, Claudia (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.
- CASAROTTO FILHO, Nelson, PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e**



- desenvolvimento local.** Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1998.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Nociones del desarrollo y su fundamentación teórica. Apostila (Aperfeiçoamento-Elementos básicos de gestión estratégica para el desarrollo local y regional). Instituto Latino Americano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Santiago de Chile: 2006. Disponível em <<http://moodle.eclac.cl/mod/lesson/view.php>>. Acesso em: 11 de maio de 2006.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3. ed., São Paulo: Cortez, 1998.
- CIN, Centro Internacional de Negócios, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Diagnóstico do setor exportador catarinense. 2006.** Florianópolis: FIESC, 2006.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. **Articulando emprego, demanda e crescimento econômico.** 2003. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 14 de outubro de 2006.
- DOWBOR, Ladislau. **Redes de apoio ao desenvolvimento local: uma estratégia de inclusão produtiva.** 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 14 de outubro de 2006.
- FERASSO, Marcos, SPEROTTO, Leandro Tiago, BARILLI, Davi Angelo. **A superação das desigualdades no Brasil: o caso das desigualdades regionais no estado de Santa Catarina.** Monografia (Livre pesquisa). São Miguel do Oeste, 2004.
- FERASSO, Marcos. **A Geração de Empregos, a Qualificação dos Recursos Humanos e o Incentivo ao Empreendedorismo Como Medidas de Contenção do Êxodo Populacional: Um Projeto para o Desenvolvimento Local do Território de São Miguel do Oeste/Santa Catarina/Brasil.** 2006. 31 f. Monografia (Especialização)-Curso de Especialização em Desenvolvimento Local – Programa Delnet/Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho-Nações Unidas, Turim, 2006.
- FERGUENE, Améziane. **PME, territoire et développement local: le cas des pays du sud.** In: Deuxiemes rencontres des suds sur. **Développement local et cooperation décentralisée entre régions de la méditerranée.** Marrakech, 2002. Disponível em: <http://web.upmf-grenoble.fr/pepse/ferguene/PME_Territoire_et_Developpement_local.doc>. Acesso em 14 de outubro de 2006.
- FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados. 2006.** v. 16. Florianópolis: FIESC, 2006.
- FLIGENSPAN, Flávio Benevett (org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90.** Porto Alegre: FEE, 2000.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil. 2005.** Relatório executivo. Curitiba: SEBRAE, PUC/PR, FIEP, IBQP, 2005. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/6A591EF71804C28003257132006C8E5B/\\$File/NT000AF176.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/6A591EF71804C28003257132006C8E5B/$File/NT000AF176.pdf)>. Acesso em 13 de outubro de 2006.
- GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 4, mar./abr. 1995[c].
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995[a].
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 3, mar./abr. 1995[b].
- GOULART, Sueli, VIEIRA, Marcelo Milano Falcão, CARVALHO, Cristina Amélia. **Universidades e desenvolvimento local.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GUNTER, Bernhard G., DER HOEVEN, Rolph. La cara social de la globalización, según la bibliografía especializada. In: Oficina Internacional del Trabajo. **Revista internacional del trabajo.** Ginebra: OIT, v. 123, n. 1-2, 2004.
- JOYAL, André. **Milieu innovateur, développement local et PME québécoises innovantes.**



Disponível em: <<http://neumann.hec.ca/airepme/pdf/1996/R%20Joyal.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

LASTRES, Helena Maria Martins, CASSIOLATO, José Eduardo. **From clusters to innovation systems: cases from Brazil**. In: Second Annual Global Development Network Conference. **Beyond economics: multidisciplinary approaches to development**. Tokyo, 2000. Disponível em: <http://www.gdnet.org/pdf/926_Lastres_rev.doc>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

LE BARS, Anne. **Innovation sans recherche: les compétences pour innover dans les PME de l'agro-alimentaire**. 2001. 371 f. Tese (Doutorado)-UFR Développement Gestion Economique et Sociétés, Université Pierre Mendès-France, Grenoble, 2001. Disponível em: <<http://www.grenoble.inra.fr/Docs/pub/Theses/lebars.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2006.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MACADAR, Beky Moron de. **A efetividade de construtos de marketing de relacionamento nas interações dos atores envolvidos no arranjo produtivo local moveleiro de Bento Gonçalves (RS)**. 2006. 247 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MACIEL, Maria Lucia. **O milagre italiano: caos, crise e criatividade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MAISSIAT, Georges Ignácio. **Pequeno dicionário de latim**. Porto Alegre: Edigal, 2002.

MANIATAGLOU, Maria da Piedade Faria. **Dicionário de grego-português, português-grego**. Porto: Porto Editora, 2004.

MARTINELLI, Dante Pinheiro, JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MINAYO, Maria C. S. et al. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NIQUE, Walter, JUCHEM, Dionise Magna, TOMASI, Abel Elias. Dificuldades encontradas pelas empresas da microrregião de Passo Fundo para realizarem um processo de exportação. In: 3ème Colloque de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises. **Gestion internationale et pays émergents**. Grenoble: IFBAE, 2005 (Cd-rom).

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Instituto Pólis, 2001. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em 13 de novembro de 2006.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: FEE, 2004.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. 3rd ed., Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 2001.

PICCININI, Valmiria Carolina, LAHORGUE, Maria Alice, RÜBENICH, Nilson Varela. A internacionalização das empresas gaúchas na Argentina: o caso do setor metal-mecânico. In: 3ème Colloque de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises. **Gestion internationale et pays émergents**. Grenoble: IFBAE, 2005 (Cd-rom).

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em 13 de outubro de 2006.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RADIN, José Carlos, BENEDET, José Higino, MILANI, Maria Luiza. **Facetas da colonização italiana: planalto e oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2003.

RENK, Arlene. **Questões sobre a imigração urbana e o êxodo rural em Chapecó**. Chapecó: FUNDESC/Dep. de História, 1991.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira, COSENTINO, Hélio Morrone. Comércio exterior e diplomacia brasileira como fatores de oportunidade para empresas de engenharia no mercado africano. In: CLADEA 2006. **Anais do evento**. Montpellier. Disponível em: <<http://www.supdeco-montpellier.com/cladea2006/ponencias.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2006.



4º

Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas - IFBAE
Congrès de l'Institut Franco - Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE
24 e 25 de maio de 2007
PORTO ALEGRE - RS BRASIL

- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002[a].
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002[b].
- SACHS, Ignacy. O papel da micro e pequena empresa no desenvolvimento regional. In: SIEBERT, Claudia (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 4. ed., Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.
- SCATOLIN, Fábio, MEIRELLES, José Gabriel, CURADO, Marcelo Luiz, DE PAULA, Nilson. Arranjos produtivos e a dinâmica do comércio internacional. In: LASTRES, Helena Maria Martin, CASSIOLATO, José Eduardo, MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 137-152.
- SEBRAE, **As micro e pequenas empresas na exportação brasileira. 1998-2003**. Observatório SEBRAE: set./2004.
- SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatísticas e indicadores: Balança comercial brasileira por município**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.portaldoexportador.gov.br/index.asp?Principal=indicadores_brasil.asp&Esquerda=indicadores>. Acesso em 18 de novembro de 2006.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Maria Carolina de, GORAYEB, Daniela, MIGLINO, Maria Augusta, CARVALHO, Flávia Pereira de. Perspectivas para uma atuação competitiva das pequenas empresas, no contexto econômico atual. In: LASTRES, Helena Maria Martin, CASSIOLATO, José Eduardo, MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 225-242.
- SOUZA, Nali de J. **Conceito e aplicação da teoria da base econômica**. Perspectiva Econômica. São Leopoldo: Unisinos, v.10, n.25, p.117-130, mar.1980.
- SOUZA, Nali de J. **Vantagens comparativas, abertura comercial e crescimento da produção e do emprego dos Estados brasileiros, 1991/1998**. Porto Alegre: NEP/PUCRS, Texto para Discussão n. 21, 2002.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- SPEROTTO, Leandro Tiago. **O Desenvolvimento Econômico da Região Noroeste do RS**. 2003. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 205 p.
- TIEBOUT, Charles. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- TURNES, Valério et al. **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.
- VARGAS, Lilia Maria, BALESTRIN, Alsones, FAYARD, Pierre. O efeito rede em pólos de inovação: um estudo comparativo. In: 3ème Colloque de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises. **Gestion internationale et pays émergents**. Grenoble: IFBAE, 2005 (Cd-rom).
- VELOZO, Sisse. et al. **Diagnóstico da região de São Miguel do Oeste**. Projeto Meu Lugar. São Miguel do Oeste: PNUD/SDR São Miguel do Oeste, 2005.
- VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Souza. **Metade sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Administração Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/000201.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
- WREN, Daniel. **The evolution of management thought**. 4th ed., Toronto: John Wiley & Sons, 1994.
- YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.



4^o

Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas - IFBAE
Congrès de l'Institut Franco - Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE
24 e 25 de maio de 2007
PORTO ALEGRE – RS BRASIL

ZAPATA, Tania, et al. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: IADH, 2005.

ZAPATA, Tania, et al. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: PNUD/BNDES, 2000.